

De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX*

From Zumbi to José do Patrocínio: the construction of a national and Republican history in the first decades of the twentieth century

Carolina Vianna Dantas

Professora adjunta
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP
carolinavdts@gmail.com
Rua Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato
24435-005 - São Gonçalo - RJ
Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os principais elementos de um debate intelectual sobre temas históricos localizado em dois periódicos culturais e literários publicados no Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX: a revista *Kosmos* e o *Almanaque Brasileiro Garnier*. Determinados a forjar laços entre o passado, a nação e o regime republicano, esses intelectuais elegeram datas e heróis nacionais a serem cultuados e incorporaram positivamente, ainda que com limitações, negros e mestiços ao que se estava construindo como "a história pátria" e a "cultura cívica" republicana. Busca-se, assim, demonstrar que esses intelectuais, mesmo decepcionados com a "república que não foi", não desistiram do compromisso com a nação e da intervenção política naquela sociedade.

126

Palavras-chave

Intelectuais; Cultura histórica; Historiografia brasileira.

Abstract

The purpose of this paper is to present the main elements of an intellectual debate on historical issues in two historical cultural and literary magazines published in Rio de Janeiro during the first decade of the twentieth century: the *Kosmos* magazine and the *Brazilian Garnier Almanac*. Determined to forge links between the past, the nation and the republican system, these intellectuals have chosen national dates and heroes to be revered. They have also incorporated in a positive way, although with limitations, the black and mestizo population to what was built as the "national history" and the Republican "civic culture". Our aim is to show that these intellectuals, albeit disappointed with "the republic that was not", did not give up with their commitment to the nation and their political intervention in that society in the first decade of the twentieth century.

Keywords

Intellectuals; Historical culture; Brazilian historiography.

Enviado em: 26/7/2011

Aprovado em: 30/12/2011

* A pesquisa da qual esse texto é fruto foi financiada pelo CNPq e pela CAPES. Agradeço a leitura atenta e as sugestões dos pareceristas da revista *História da Historiografia*.

Recordar é viver. [...] A vida se nos apresenta com um fulgor desconhecido, com uma nova e perturbadora beleza, quando evocamos dos dias idos, dos tempos deslembados; tal a jóia preciosa, herdada de velhas datas, e que ao tirá-la um dia a curiosidade do recanto esquecido da caixa desbotada, nos surpreende com um valor em que não atentáramos, com o toque finíssimo do ouro [...] Rememoraremos apenas o que nos veio de grande: o resto passará vagamente pela memória das gentes mais antigas, como a recordação mal distinta de pesadelo desfeito (GIL 1904).

Introdução

De modo sutil, o cronista Gil¹ chamava a atenção dos seus leitores para o modo como o passado poderia trazer (um novo) sentido ao presente. Essa mesma perspectiva rondou os artigos e resenhas sobre acontecimentos históricos, heróis e datas nacionais recolhidos tanto no *Almanaque Brasileiro Garnier* (Rio de Janeiro, 1903-1914) quanto na revista *Kosmos* (Rio de Janeiro, 1904-1909).² Cabe, então, perguntar: que “jóias preciosas” do passado foram consideradas como “o que nos veio de grande” e que deveriam ser compartilhadas pela nação?

Registros como esse, recolhidos em periódicos como o *Almanaque Garnier* e a *Kosmos* sobre acontecimentos e personagens históricos brasileiros, fazem pensar na importância que o estabelecimento de um ideário cívico nacional e republicano teve para os intelectuais de projeção do período. Analisados em conjunto e comparativamente, esses registros tornam evidentes os esforços desses intelectuais em refletir sobre a incorporação de negros e mestiços à história nacional, a despeito da presença de ideias, práticas e políticas racistas e de branqueamento.

Um dos desdobramentos desse esforço intelectual de rever o passado histórico nacional foi a publicação de colaborações no *Garnier* e na *Kosmos* que enfatizaram tanto determinados procedimentos metodológicos para a escrita da história quanto episódios, figuras e datas do passado. Trata-se de uma produção diversa e multifacetada, mas determinada a afirmar laços do regime republicano com o passado, incluindo aí uma avaliação da participação ativa de negros e mestiços na história pátria.

Tais textos, embora não sejam expressão de um movimento de ação unificado nem de uma intencionalidade política sistematizada, relacionam-se à

¹ Durante a pesquisa, não encontrei maiores informações biográficas sobre o autor.

² O *Almanaque Brasileiro Garnier* e a revista *Kosmos* eram periódicos de padrão refinado e eclético, que reuniam o que era considerado, na época, a nata da intelectualidade do país. Inseridos em um circuito comercial, eram produtos culturais que precisavam ser vendidos e eram comprados por leitores que estavam dispostos, se não a concordar, ao menos a debater as questões levantadas em suas páginas. Os próprios projetos editoriais do *Almanaque* e da *Kosmos*, ainda que sob diferentes perspectivas, tinham em comum o empenho em transformar o conhecimento sobre o Brasil publicado em suas páginas em reconhecimento nacional. Pode-se indicar ainda que o público leitor do *Almanaque Brasileiro Garnier* e da revista *Kosmos* era constituído, primordialmente, pelas camadas urbanas letradas da própria capital federal e de outras capitais do país, englobando funcionários públicos, profissionais liberais, professores, estudantes, homens de letras, homens de negócios e comerciantes, e, de forma mais geral, os indivíduos em busca de orientações para seu gosto musical e literário. Cabe ainda ressaltar uma particularidade: a revista *Kosmos* não era paginada, por isso as citações feitas da revista ao longo do texto não estão acompanhadas pelos respectivos números de páginas. Ver DANTAS 2010.

própria forma através da qual esses episódios e seus protagonistas foram narrados. Esses fatos e personagens deveriam ser capazes de despertar empatia, fazendo do leitor herdeiro e guardião desse passado em que estavam inscritos (LUCA 1999, p. 93). Note-se que, nos textos que trataram de acontecimentos relativos à história do país, não predominam temas ligados à história político-administrativa. Os textos e resenhas publicados na *Kosmos* e no *Garnier* apresentaram (ou recomendaram) ao leitor uma história de homens em movimento, escrita de forma envolvente, distante de uma narrativa factual que privilegiasse fatos, nomes e datas exaustivamente. Há que se lembrar ainda de que, em um contexto no qual a maior parte da população não era letrada, periódicos como esses, inseridos em um circuito comercial, tinham como estratégia atrair a maior quantidade de leitores possível.³

Portanto, ao evocar um passado e afirmar certas continuidades, esses intelectuais não estavam somente configurando o passado, mas também o futuro. Como definiu Manoel Salgado Guimarães, o trabalho da narrativa histórica está fundamentalmente voltado para o controle, para a ordenação e para a domesticação das experiências vividas. Essas, por sua vez, são marcadas pelas paixões e sentimentos, cuja essência pode se mostrar desorganizadora. Narrar a história também é ordenar, dar sentido a um conjunto aleatório de experiências vividas de acordo com determinados padrões possíveis de serem compreendidos pelos leitores, ou seja, padrões exteriores àquele passado. E embora haja relações estreitas entre história, memória e política, a operação não é fruto da ação perversa de alguém que domina a verdade sobre o passado e pretende escamoteá-la. Tais relações são evidentemente bem mais complexas e tensas do que uma pressuposta manipulação consciente do passado (GUIMARÃES 2006, p. 47).

128

Este artigo tem como objetivo apresentar as linhas de força desse investimento intelectual determinado a forjar laços entre o passado, a nação e o regime republicano, e a refletir sobre o lugar de negros e mestiços nessas construções, utilizando para isso a menção a alguns dos textos mais representativos dessa produção.

A “cara do Brasil” (e da República) a partir de seus heróis e datas nacionais

O repertório sobre história do Brasil publicado nesses periódicos contempla principalmente dois eixos temáticos relacionados ao que esses próprios autores denominavam de lutas pela liberdade. De um lado, estão os processos de luta contra o invasor estrangeiro, de desbravamento do território e de lutas pela independência nos tempos coloniais. De outro, os episódios que envolveram

³ No pós-1900, o campo do impresso se caracterizou pela inserção em novos padrões ditados pela adoção de novidades técnicas, pela ampliação do lucro e do público leitor. Esse também foi um período marcado pela difusão de tipografias e livrarias, e pela ampliação da discussão em torno das políticas para alfabetização. Colocar um periódico na praça envolvia uma extensa rede que ia da decisão sobre o perfil editorial ao registro da publicação na Junta Comercial da cidade, processo não menos trabalhoso que o esforço posterior para manter o periódico em efetiva circulação e com um público leitor cativo. O esforço para ampliar e manter tal público se traduziu, nesse momento, em uma estratégia editorial que privilegiou conteúdos ecléticos, que iam desde concursos de beleza, colonismo social e charadas a debates sobre o carnaval, à questão da habitação popular e do tipo nacional em construção. Ver DANTAS 2010.

a abolição da escravidão e a proclamação da República. Os dois eixos têm como característica comum o destaque conferido a determinados personagens históricos como heróis nacionais.

Entretanto, mais do que discutir que figuras do passado tiveram sucesso como heróis naquele momento, interessa aqui compreender que heróis os intelectuais que colaboraram nesses periódicos julgavam ter a “cara da nação” (CARVALHO 1990, p. 55). Até porque, ao escreverem e publicarem seus textos, esses intelectuais acreditavam que havia leitores capazes de aderir às suas ideias.

De acordo com Mário Behring,⁴ editor e assíduo colaborador da *Kosmos*, a pesquisa em arquivos poderia revelar outros pontos de vista sobre acontecimentos importantes da história pátria.⁵ Partindo dessa perspectiva, publicou vários textos sobre D. João VI e apresentou-o aos leitores como um homem sem vocação para o exercício do poder: “[...] nulo, irresoluto, acovardado sempre, que levou toda a sua vida a fugir, ora dos franceses para o Brasil, aqui dos liberais para Portugal, lá das conspirações de família [...]”. Responsável pela “bárbara execução” do “proto-mártir” Tiradentes, D. João jamais deveria ser consagrado em estátuas e monumentos, nem ser alvo do orgulho cívico dos brasileiros (BEHRING 1907b).⁶ Definitivamente, esse teria sido um dos piores monarcas do mundo e de todos os tempos:

[...] mais pusilânime, o mais grotesco, mais carregado de defeitos, a figura mais chata e apagada, mesquinha de quantas têm até hoje ocupado um trono em todo o mundo – pobre diabo cujas desgraças domésticas se provocam o riso comprativo, a sua poltroneria e guloseima nauseiam, a sua avareza desgosta, o seu físico ingrato repugna, a sua ingratidão indigna, a sua refalsada hipocrisia enoja, o seu egoísmo sem igual conturba e entristece [...] (BEHRING 1907b).

129

⁴ Mário Behring nasceu na cidade de Ponte Nova (MG), em 1876 e faleceu em 1933 na cidade do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Pedro II e se diplomou engenheiro agrônomo pela Escola Politécnica da Bahia, em 1896. Em 1901, depois de exercer a profissão por alguns anos em sua cidade natal, fixou-se no Rio de Janeiro. De acordo com as informações de Paulo Emílio Salles Gomes, Behring, desde jovem, vinha se dedicando aos estudos históricos, mas foi somente diante de dificuldades financeiras, depois de casado e com muitos filhos, que passou a se dedicar à imprensa para obter ganhos. Em 1903, passou no concurso para copista/escrivente da Biblioteca Nacional, sendo esse o seu primeiro emprego público. Em 1914 foi promovido a oficial e, em 1918, a sub-bibliotecário. Através do seu trabalho na Biblioteca, participou de um congresso de geografia e de comissões oficiais ligadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1920 foi novamente promovido, ocupando o cargo de bibliotecário diretor e passou a ministrar cursos de paleografia, história da literatura e biblioteconomia, entre outros. Em 1924, assumiu a direção geral da Biblioteca Nacional, levando a cabo uma reorganização da instituição que gerou conflitos com funcionários. Em seguida, voltou ao seu cargo na seção de manuscritos da Biblioteca. Em 1932, ao que tudo indica por desentendimentos pessoais, pediu exoneração, depois de 30 anos trabalhando na instituição. Foi diretor e fundador de três periódicos importantes: *Kosmos*, *Para Todos* e *Cinearte*. Em 1905, deixou a direção da *Kosmos*, alegando sobrecarga de trabalho, mas continuou colaborando com a revista com seus estudos históricos. Jorge Schmidt, assim, assumiu sozinho a edição e a direção da revista. Behring também colaborou na *Revista Careta*. Junto às atividades intelectuais, também foi bastante atuante na Maçonaria brasileira, ascendendo ao posto de Grande Comendador e Chefe da Grande Loja do Brasil. Foi possível averiguar que mantinha amizade com Jorge Schmidt, Capistrano de Abreu (a quem convidou para colaborar na *Kosmos*) e com intelectuais do grupo simbolista, como Gonzaga Duque, Lima Campos e Mário Pederneiras. Ver BEHRING 1905. Ver também GOMES 1974, p. 295. Informações dispersas sobre Mário Behring e seus trabalhos podem ser encontradas nos relatórios do diretor da instituição publicados nos Anais da Biblioteca Nacional nos volumes indicados. Cf. RELATÓRIO vol. 25 (1903), 38 (1916), 40 (1918), 43 e 44 (1920-1921), 45 (1923); *CINEARTE* 1933, p. 5.

⁵ Para um debate sobre as tensões que faziam parte da escrita da história no período, como o dilema entre cientificidade, imparcialidade e posicionamento de intelectuais diante da urgência da “questão nacional”, ver GONTIJO 2003.

⁶ Ver, no mesmo sentido: A. F. D. 1907; FLUMINENSE 1907.

Além de ter detestado os republicanos e perseguido os maçons, tais traços, afirmados até pelos historiadores portugueses, segundo Behring, faziam do monarca em questão uma figura do passado da qual os brasileiros não teriam nada para se orgulhar: medroso a ponto de ser “vítima de sofrimentos fisiológicos constantes”, de “cérebro tacanho e espírito mesquinho”, não teria tido nenhuma participação nos acontecimentos fundamentais de sua época, como a abertura dos portos e a elevação do Brasil a reino unido (BEHRING 1907b).

O autor, então, questionava: se o “grande mártir nacional Tiradentes” ainda não tinha um monumento em sua homenagem, como alguém poderia querer erigir na capital da república uma estátua de D. João VI confeccionada com subvenção pública de cinco contos de réis? Para Behring, a consagração do monarca português não teria nenhuma legitimidade na jovem república (BEHRING 1907b).⁷

Sua mulher, a “Rainha Dona Carlota”, não teria ficado atrás na ingratidão e nas ofensas dirigidas aos brasileiros: teria dito em “alegres exclamações” que quando voltasse a Lisboa “certamente ficaria cega” por ter vivido muitos anos no Brasil “[...] na escuridão, entre negros e mulatos”. As memórias e os documentos depositados na Biblioteca Nacional (e transcritos no texto publicado) provariam, segundo seu autor, todas as arbitrariedades cometidas por D. João VI e o “pouco amor do povo à realeza” (BEHRING 1907b).

Ao se autointitular descendente “[...] dos sonhadores de Minas e Pernambuco” e defensor das suas “aspirações libertárias”, no caso, republicanas e antidespóticas, Mario Behring se opôs com veemência à proposta de um jovem deputado feita no Congresso, em 1907, de erigir um monumento ao soberano.⁸ Behring argumentou que os “[...] juízos da História jamais se” subordinavam “[...] às conveniências da política nem aos deveres da cortesia, anime-nos embora os mais vivos sentimentos de patriotismo” (BEHRING 1907b). Por isso se dedicou a provar com documentos de arquivo todas as características negativas que justificavam a não consagração de D. João VI como importante personagem da história nacional:

[...] contra o projetado monumento clama o sangue dos mártires de Pernambuco em 1817, vítimas das sanhas do despotismo, que haviam ousado querer por terra [...] Mais ainda [...] é impossível que o Brasil que consagrou uma de suas datas festivas à comemoração do vulto republicano [Tiradentes], nele resumindo todas as outras vítimas do despotismo, e que ainda não ergueu em uma das praças da Capital um monumento ao mártir, concorra agora para a glorificação em estátua do assassino de Tiradentes! (BEHRING 1907b).⁹

Do mesmo modo, outros textos publicados na *Kosmos* investiram na produção de uma imagem depreciativa de D. João VI. Carlos Henze,¹⁰ por

⁷ Sobre o mesmo tema, ver também CARVALHO 1907.

⁸ O monumento havia sido proposto pelo deputado Eloy de Miranda Chaves.

⁹ Ver, nesse mesmo sentido, BEHRING 1906a; CARVALHO 1907.

¹⁰ Não encontrei durante a pesquisa maiores informações sobre o autor.

exemplo, empenhou-se na análise da fisionomia de D. João VI, concluindo que a “materialidade” e a “matreirice” seriam os dois traços principais da sua personalidade (HENZE 1906).

D. Pedro II, por sua vez, também não foi poupado, embora tenha sido alvo de juízos um pouco menos jocosos que seu avô. Ao encontrar na Biblioteca Nacional o livro *História do Brasil de 1830 a 1840*, do conselheiro Pereira da Silva, repleto de anotações de D. Pedro II contestando as afirmações imputadas a ele próprio, Behring publicou um texto na *Kosmos* que propunha outra interpretação sobre a participação do Imperador no episódio da maioridade. Concluiu que D. Pedro II teria se mostrado indiferente ao trono e ao governo do país (BEHRING 1907a).

A frase [“Quero já”] considerada já histórica, e como tal encontrada em todos ou quase todos os escritores da história pátria, é contestada por quem se afirma tê-la proferido que se revela agora inteiramente alheio aos acontecimentos que deram causa ao seu irregular advento ao trono, [...] E quero acreditar que para o futuro, rebusquem os historiadores os preciosos arquivos da nossa tão desconhecida Biblioteca e nela colham os documentos que aclaram tantos pontos controversos da história pátria (BEHRING 1907a).

Já Olavo Bilac¹¹ foi mais suave em suas colocações sobre D. Pedro II. Embora tenha afirmado que o soberano não chegaria a ser um Napoleão, sublinhou ter sido “[...] um homem bom e justo, um brasileiro que sinceramente amou o Brasil, um nobre espírito tolerante e esclarecido, um nobre servidor da Pátria”. Para Bilac, ter amado a pátria permitia que o monarca fizesse parte do passado comum da nação, já que àquela altura não representaria nenhuma ameaça ao presente em termos de uma possível restauração da monarquia (BILAC 1906). Ao reconhecer a república como o regime de governo ideal para o “povo brasileiro”, Bilac reconciliava a pátria com D. Pedro II, forjando um passado civilizado para o Brasil.

De todo modo, os artigos publicados no *Almanaque Garnier* relativos à monarquia contêm elementos semelhantes àqueles publicados na *Kosmos*.

131

¹¹ Olavo Bilac nasceu em 1865 na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e morreu em 1918 no mesmo local. Em 1880, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual abandonou seis anos depois sem concluir o curso. No ano seguinte, entrou como ouvinte para a Faculdade de Direito de São Paulo, o que também não resultou em diploma. Em 1888, publicou seu primeiro livro: *Poesias*. Tendo participado das campanhas pela abolição e pela república, em 1892, atuou no movimento antiflorianista, escrevendo sátiras políticas na imprensa, o que lhe rendeu quatro meses de prisão na Fortaleza da Laje. Em 1896, participou da fundação da Academia Brasileira de Letras. Dois anos depois, assumiu interinamente a direção do *Pedagogium* por indicação do seu amigo Manoel Bomfim. No ano seguinte, foi nomeado inspetor escolar do Distrito Federal, cargo em que se aposentou um pouco antes de morrer. Em 1900, integrou a comitiva presidencial de Campos Sales em visita à Argentina. Por designação do Barão do Rio Branco, foi secretário de Joaquim Nabuco na III Conferência Pan-Americana, em 1906. Mais tarde, secretário do prefeito Souza Aguiar, foi convidado por ele a ser o orador oficial na ocasião da inauguração do Teatro Municipal, em 1909. Em 1910, viajou novamente à Argentina como delegado brasileiro junto a IV Conferência Pan-Americana, presidida por Joaquim Nabuco. Em 1915, iniciou uma campanha pela defesa nacional, tendo fundado a Liga de Defesa Nacional junto com Miguel Calmon e Pedro Lessa no ano seguinte. Dono de uma vasta obra que inclui poesia, crônica, conto, novela, conferência e manuais didáticos, publicou nos maiores periódicos do país. Desfrutou da amizade de homens de letras como Machado de Assis, Coelho Netto, Manoel Bomfim e Lima Barreto, de quem era admirador. Ver DIMAS 1996, p. 23-27; MAGALHÃES JR. 1974.

Há algumas poucas referências positivas, como a que foi feita por José Veríssimo¹² em função da monarquia ter mantido a unidade territorial do Brasil (VERÍSSIMO 1907, p. 271-273), em um conjunto maior de textos com juízos negativos, como o de Joaquim Vianna (VIANNA 1909, p. 270-274).¹³ Para o autor, o Império teria ruído em razão das escolhas políticas do seu próprio chefe. D. Pedro II não teria feito as alianças necessárias com a Igreja e com o Exército, e ainda teria concedido cadeiras no ensino superior a republicanos. Diante dessas constatações, Vianna concluiu que o imperador teria escolhido “[...] viver na paz de uma biblioteca calma” a manter-se no poder. Pedro II não seria um “homem de ação”; “contemplativo” e dotado de “vocação burocrática”, teria vivido “[...] metodicamente, sem voos de imaginação, como um exemplar chefe de seção, o mais exemplar chefe de seção da administração brasileira” (VIANNA 1909, p. 270-274).

Assim, verifica-se a presença, tanto na *Kosmos* quanto no *Almanaque Garnier*, de uma posição republicana. Outro indício disto é o fato da associação da monarquia, como regime de governo, à arbitrariedade, ao autoritarismo, à injustiça e ao atraso ter sido um elemento fundamental nos textos históricos sobre o passado monárquico brasileiro.

A monarquia seria um elemento estranho à vocação natural do “povo brasileiro” para a liberdade e, conseqüentemente, para a república. O ideal da liberdade — indissociável para esses intelectuais do ideal de república — teria estado presente desde os tempos coloniais, ou seja, antes mesmo do Brasil existir como estado nacional. Os episódios de luta contra o invasor e pela expansão do território, contra a opressão monárquica e pela independência foram associados a uma espécie de germe da própria nacionalidade e do sentimento republicano no Brasil.

Ao elaborar uma cronologia da luta pela liberdade no Brasil, Reis Carvalho¹⁴ recuperou a Batalha dos Guararapes (1648) e o importante papel desempenhado pelas “três raças constitutivas do povo brasileiro [...]” — “[...] dignamente representadas por Fernandes Vieira, Henrique Dias e Filipe Camarão” — na “vitória decisiva de uma verdadeira nação contra o estrangeiro invasor”. No decorrer dessas lutas, a defesa do território e a união das três raças foram afirmadas como elementos fundadores (e originais) da “nacionalidade brasileira”. Segundo o autor, o episódio teria demonstrado que o Brasil naquele momento já estava emancipado e seria capaz de se manter independente sem qualquer tutela.

¹² José Veríssimo nasceu na cidade de Óbidos (PA), em 1857, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1916. Jornalista, professor e crítico literário, publicou muitos textos no *Jornal do Brasil*, na *Revista Brasileira*, e nas revistas *Kosmos* e *Renascença*. Foi professor e diretor do *Pedagogium*, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e membro do IHGB. Entre suas principais obras estão *A educação nacional* (1890) e *História da literatura brasileira* (1916).

¹³ Sobre Joaquim Vianna, encontrei poucas informações biográficas. É possível afirmar com segurança que era funcionário do Itamaraty e um dos fundadores da Revista Americana, além de ter publicado textos no *Almanaque Brasileiro Garnier* e na revista *Kosmos*.

¹⁴ São escassas as informações biográficas sobre Reis Carvalho, sendo possível sustentar que nasceu em 1874, e que costumava utilizar o pseudônimo Oscar D’alva na imprensa. Publicou poesias, conferências e obras sobre ensino e reforma da instrução pública. Foi um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional (1916).

Depois de ter expulsado heroicamente os holandeses, repellido espanhóis e franceses, a nação se teria feito forte o suficiente para livrar-se do “domínio opressor português” (CARVALHO 1907).¹⁵

Contudo, outro elemento fundamental dessa cultura histórica¹⁶ vulgarizada na *Kosmos* e no *Almanaque Brasileiro Garnier* foi o vínculo estabelecido entre território e nação, pois teria sido nessas lutas que as três raças se irmanaram, que o sentimento nacional e as aspirações republicanas teriam se materializado. Como notou Eliana Dutra, conhecer essas lutas em defesa do território, e o próprio território nacional, era uma forma de aprender a ser brasileiro (cf. DUTRA 2005).

Em resenha de um livro de Felisberto Freire, *História territorial do Brasil*, publicada no *Garnier*, Curvelo de Mendonça¹⁷ endossava as assertivas do primeiro, concordando que a expansão das fronteiras e o desbravamento do território pelos “brasileiros”, a partir das bandeiras e missões, teriam constituído um “Brasil novo, um Brasil vivo e forte, que em nada se parece com o que se diz nos compêndios anêmicos adotados nas escolas para o ensino do nosso passado” (MENDONÇA 1907, p. 331). Mendonça elogiou também as convicções republicanas de Felisberto, suas incursões pelos arquivos, o cunho nacional que teria dado aos seus argumentos e sua dedicação àqueles que desbravaram o país e fizeram a sua “grandeza” (MENDONÇA 1907, p. 331).

Assim, teriam sido indispensáveis para o processo de conquista da independência os episódios nos quais os invasores estrangeiros foram expulsos, e os movimentos que lutaram direta e indiretamente pela independência do país. Dentre os “[...] que indiretamente por ela trabalharam, sem talvez mesmo o imaginarem, aspirando à independência industrial da lavoura, da mineração, da manufatura e do comércio”, estariam a Revolta de Bequimão (MA, 1684), a Guerra dos Emboabas (SP, 1708), a Guerra dos Mascates (PE, 1710) e a Revolta de Felipe dos Santos (MG, 1720).

Segundo Reis Carvalho, o português Bequimão teria se rebelado contra os monopólios da Coroa e contra o jesuitismo no Maranhão. Ao retirar do comando figuras ligadas a esses poderes, teria minado a influência da Metrópole e defendido a “liberdade industrial” da sua terra — “precursora da independência política”. O paulista Domingos Monteiro teria defendido bravamente a integridade (e a exploração) do território contra os emboabas forasteiros. Já na Guerra dos Mascates, Bernardo Vieira de Melo teria sido o único nesses episódios a querer a república, mas uma “república aristocrática, um estado oligárquico, inteiramente contrário ao verdadeiro ideal republicano [...]” (CARVALHO 1907).

¹⁵ Ver também, CARVALHO 1905.

¹⁶ Seguindo as proposições de Le Goff, cultura histórica é “(...) a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado”. Ver LE GOFF 1994, p. 47-48.

¹⁷ Curvelo de Mendonça nasceu na cidade de Riachuelo (SE) em 1870 e faleceu em Laranjeiras (SE), em 1914. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, foi jornalista, literato e professor. Na capital federal, exerceu cargos de chefe de seção na Intendência Municipal, de membro do Conselho de Instrução Pública; foi professor e diretor do Instituto Comercial do Distrito Federal, fundador da Universidade Popular (1904) e membro da Academia Sergipana de Letras. Publicou textos no jornal *O país*, no *Almanaque Brasileiro Garnier* e na imprensa anarquista. Também publicou em livro crítica literária e escritos políticos sobre republicanismo e republicanos no Brasil.

Mas ainda que tenha feito essa ressalva, o autor foi taxativo ao afirmar que Bernardo Vieira de Melo, um “herói pernambucano”, tinha se limitado a lutar pela liberdade industrial, asfixiada pelos “filhos do reino”. Até porque seus planos de separação e formação de um governo republicano não teriam sido encampados pelos seus colegas revoltosos, interessados que estariam somente em destruir o “jugo despótico do governador da capitania de Pernambuco.” E Felipe dos Santos seria o verdadeiro “paladino das ideias de emancipação puramente materiais” (CARVALHO 1907).

Entre os movimentos que teriam lutado conscientemente pela conquista da liberdade, o autor destacou a Conjuração Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817). Ainda de acordo com Reis Carvalho, o problema da emancipação no Brasil só teria sido formulado a partir de 1789 devido à influência das doutrinas filosóficas do século XVIII importadas da França e dos ideais de liberdade oriundos das colônias inglesas da América do Norte.

No entanto, para os letrados de Minas Gerais que abraçaram a luta pela liberdade, esta não teria passado de devaneio, pois a teriam repelido logo assim que foram ameaçados com os castigos reservados aos crimes de lesa-majestade. Entre os conjurados, somente Tiradentes teria defendido a liberdade até as últimas conseqüências. Para Reis Carvalho, a primazia da defesa das causas da liberdade e da república no Brasil era de Tiradentes. Só ele teria mantido “[...] a coragem de afirmar a sua digna conduta de apóstolo da independência e da república”. A Revolução Pernambucana, inclusive, não teria sido nada mais que um desdobramento dos ideais e da conduta do “apóstolo da independência e da república”, pois, em 1817 a nova conjuração teria espalhado pelo norte do Brasil os mesmos ideais que a Conjuração Mineira espalhou pelo sul (CARVALHO 1907).

E quais seriam as qualidades atribuídas pelo autor que faziam de Tiradentes um abnegado e “incomparável patriota”? A coragem, o fato de ser “filho do povo” e de ter estado “[...] em relação contínua com ele, conhecendo-lhe os sofrimentos de que também era vítima [...]” (CARVALHO 1907). De espírito nobre, teria sido deixado sozinho por seus covardes companheiros. Único a ser punido pelo despotismo régio com a pena capital, teria enfrentado “sereno e forte” o “glorioso martírio”. Fundindo o “ardor cívico” ao “entusiasmo religioso”, Reis Carvalho descreveu o martírio do herói, aproximando Tiradentes da figura de Jesus Cristo.

Porém, de acordo com a menção do próprio Reis Carvalho, citando um livro de Joaquim Norberto no qual Tiradentes fora qualificado como “leviano”, não haveria unanimidade em torno do alferes naquele momento. O livro ao qual Reis Carvalho se refere é História da Conjuração Mineira, publicado em 1873. Norberto foi o primeiro autor a associar Tiradentes a Cristo, embora tenha conferido a ele importância secundária no movimento. José Murilo de Carvalho explicou o tratamento secundário dispensado por Norberto a Tiradentes, argumentando que o autor valorizava, em primeiro lugar, os mártires da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, que teriam morrido como autênticos heróis cívicos — como Frei Caneca —, “com o grito da liberdade

na garganta [...]” (CARVALHO 1990, p. 67). Para Norberto, este não teria sido o caso de Tiradentes.

A figura de Tiradentes foi mesmo alvo de controvérsias (CARVALHO 1990, p. 68). No *Almanaque Garnier* de 1911, há um texto no qual Mario Melo¹⁸ afirmou que Bernardo Vieira de Melo, líder da Guerra dos Mascates, teria sido o primeiro herói a bradar pela liberdade e pela república no Brasil, e não Tiradentes. Para o autor, a primazia atribuída ao alferes — chamado por ele de “leviano da inconfidência” — era um “erro histórico”, pois Bernardo Vieira de Melo teria sido o primeiro a propor o governo republicano no Senado de Olinda,¹⁹ exatamente no dia 10 de novembro de 1710. Portanto, o primeiro brado pela independência e pela república teria sido dado em Pernambuco e não em Minas Gerais (MELO 1909, p. 271-276).

Nesse mesmo número do *Almanaque Garnier*, ao discorrer sobre a história e a condição do seu estado natal, Pernambuco, Curvelo de Mendonça fez uma afirmação semelhante: ali seria o lugar no qual “[...] o espírito republicano triunfara várias vezes durante o resto do período colonial e durante o Império” (MENDONÇA 1911, p. 205-207).

Retomando os argumentos de José Murilo de Carvalho, pode-se compreender que essa disputa em torno da primazia da luta pela liberdade e do primeiro brado republicano no Brasil correspondeu também às disputas pela hegemonia nacional, já que desde pelo menos a metade do século XIX, o sudeste podia ser considerado o centro político do país. Era nessa região que se localizavam as três capitanias que estavam nos planos de libertação da Inconfidência: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além do que, como informa o autor, nessa mesma região o ideal do republicanismo foi mais forte. A região nordeste, já no final do século XIX, estava vivendo um processo de decadência política e econômica, e não teria contado com um movimento republicano tão vigoroso (CARVALHO 1990, p. 67).

O lamento de Curvelo de Mendonça quanto ao abandono das regiões norte e nordeste (mormente Pernambuco e Ceará) é emblemático, indicando o que fundamentava tal disputa. Para ele, essa região fora desprestigiada e preterida pelos arranjos políticos do novo regime, que privilegiariam a região sudeste (cf. MENDONÇA 1911).

A despeito da presença nos debates intelectuais travados, sobretudo no *Almanaque Garnier*, dessa “tensão regional” se pode considerar que as menções a episódios e personagens históricos encontrados no *Garnier* e na *Kosmos* favoreciam uma leitura do passado que vertia confiança no futuro da nação e afirmava a existência, desde os tempos coloniais, de um povo destemido, que sabia defender seu território²⁰ e que tinha vocação inata para a liberdade.

¹⁸ Mario Melo nasceu em Recife (PE), em 1884, e faleceu na mesma cidade em 1959. Abolicionista militante e membro na Maçonaria, foi literato, historiador, jornalista, telegrafista e político. Foi colaborador de mais de trinta periódicos, como o *Jornal do commercio*, *Correio do Recife* e *Diário de Pernambuco*. Foi membro de várias sociedades arqueológicas, históricas, geográficas, de letras e folclore do Brasil e do exterior. Foi deputado por Pernambuco em 1919 e em 1947 (pelo PDS). Publicou inúmeros livros de literatura, sobre história, política, maçonaria, índios etc.

¹⁹ Termo utilizado para nomear as câmaras municipais no período colonial.

²⁰ Ver, nesse sentido, as séries de artigos “Emboadas” e “Bandeirantes” de Mario Behring publicadas na revista *Kosmos*.

E, o mais interessante de se notar é que desse passado também faziam parte, de forma ativa, alguns personagens históricos negros, que foram selecionados como símbolos da luta pela liberdade no Brasil. Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama, Quintino de Lacerda e José do Patrocínio são alguns deles.

Mario Behring apresentou Chico Rei ao leitor da *Kosmos*, aproximando-o do cotidiano vivido por esse negro e “seu povo”. Rei no “continente negro”, onde levava uma vida “bárbara”, mas “feliz” e desfrutava de plena liberdade, fora capturado por traficantes da “humana mercadoria” a serviço do “bárbaro mister”. Noções que poderiam levar o leitor a questionar quem, de fato, era bárbaro.

Depois do martírio passado entre a captura e a travessia até o Rio de Janeiro, teria conseguido reencontrar somente um de seus filhos, que, assim como ele, fora reduzido à escravidão. Chico Rei, seu filho e o que restou do seu povo teriam seguido para Vila Rica, local onde foram “atirados à faina extenuante das catas” (BEHRING 1906b).

Apesar do cansaço, o “forte negro”, dedicava-se, em suas horas de descanso, a minerar para si próprio, tendo dessa forma conseguido comprar sua liberdade. Liberto, embrenhou-se na mata em busca de ouro e assim comprou a liberdade do seu filho e a de todos do seu povo que ali estavam. Desse modo, teria formado uma comunidade que, “proprietária da riquíssima lavra da Encardideira, forrava os pretos de nações vizinhas à sua na África [...]”. Foi essa “nobilíssima cooperativa” que fundou a Igreja do Rosário em Vila Rica e a Irmandade de Santa Efigênia, uma vez que seus membros eram adeptos do “culto católico” (BEHRING 1906b).

136

Atribuindo qualidades positivas a esses africanos e aos seus descendentes —bravos, fortes, determinados, generosos, alegres e ordeiros—, Behring passou à descrição detalhada de uma festa de Reis em Vila Rica. No evento havia “escravos”, “peões e cavaleiros”, “paulistas”, “sertanejos do norte conduzindo a viola inseparável”, “gentis e donairosas filhas dos ricos homens”, “mestiças galantes, mamelucas e curibocas”, “africanas robustas”. E, é claro, Chico Rei e seu povo, junto a uma “multidão [...] policromática”, festejando alegremente e compartilhando uma mesma devoção católica com brancos, ricos, pobres, mestiços e autoridades. O quadro completava-se com a descrição cheia de estranhamento dos sons africanos, ao mesmo tempo selvagens e sedutores, que saíam da Igreja:

[...] a plebe berrando litâneas em meio do mais confuso som de bárbaros instrumentos, adufes, xequerês, caxambus, reboando lugubrememente, tudo isso formando um quadro magnífico que dava a idéia da grandiosidade selvática das pompas africanas que recordavam nostálgicos, aqueles exilados [...] (BEHRING 1906b).

Do lado de fora da Igreja, grupos de africanos dançavam o “samba” ao som “alegre e lascívio” de “rústicos instrumentos” e os “mestiços” formavam seus farranchos e tocavam a viola “banzeira”. Embora associando o que era mais aparentemente africano à noção de “bárbaro”, o autor enfatizou a

convivência harmônica entre diferentes e desiguais, ressaltando as diferenças, mas também as aproximações entre elas. Tal característica foi destacada positivamente como uma herança dos “nossos ilustres antepassados” deixada para a atualidade. As cores, rostos e vozes da festa — tão diversos e misturados — anunciavam para o autor uma espécie de síntese que se materializava no “cântico triunfal de uma nova raça que se formava sob o cáldo sol dos trópicos” desde os tempos coloniais (BEHRING 1906b).

Além de Chico Rei, Zumbi também figurava na galeria dos grandes brasileiros traçada por Mario Behring na *Kosmos*. Ao se remeter ao tempo em que os holandeses “dominavam Pernambuco”, narrou a formação e a heroica resistência do quilombo dos Palmares. Ressaltou a coragem de Zumbi e argumentou contra a premissa de que o quilombola teria se suicidado, ao invés de lutar para defender e proteger seus companheiros. Depois de analisar documentos depositados no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional sobre a última campanha militar a investir contra Palmares, Behring concluiu que não passaria

[...] de lenda o suicídio de Zumbi. Entretanto a morte em combate assim verificada não lhe diminui em nada a grandeza do valor. E os próprios documentos oficiais se encarregam de dar grande proporção ao vulto do herói negro que resistiu impávido a um exército de 7.000 soldados aguerridos, digno sem dúvida de figurar na gloriosa galeria dos mártires da liberdade (BEHRING 1906c).

Para contextualizar essas afirmações feitas na *Kosmos*, vale destacar que Zumbi foi afirmado em termos semelhantes em outros suportes. Exemplo disso é o manual escolar, de autoria de Gonzaga Duque,²¹ um dos maiores colaboradores da *Kosmos*. Publicado em 1898, o manual se chama *Revoluções brasileiras* (DUQUE 1998).²² É composto por 18 resumos históricos de episódios revolucionários e, que, segundo o seu autor, pendiam à forma republicana, pois seriam como preparações ou ensaios para o ato final: a própria proclamação da República em 1889. Como se os ideais de liberdade e progresso tivessem finalmente sido realizados no momento do encontro do “povo brasileiro” com a sua verdadeira vocação, isto é, com o regime de governo mais adequado às suas lutas, história e tradições. Enfim, “o povo não era monarquista”, concluiu (DUQUE 1998a, p. 189).

137

²¹ Gonzaga Duque nasceu na cidade do Rio (RJ), em 1863, e faleceu na mesma cidade em 1911. Literato, jornalista e funcionário público, fazia parte do grupo de escritores simbolistas, sendo também um defensor dos ideais republicanos. Exerceu o cargo de Oficial da Diretoria do Patrimônio Municipal e de Diretor da Biblioteca Municipal, ambos no Distrito Federal. Publicou textos em diversos periódicos, tais como: *Kosmos*, *Fon Fon*, *O guanabara*, *Gazetinha*, *Gazeta de notícias*, *A semana*, *Folha popular*, *Revista dos novos*, *Rio-revista*, *Athebaida* e *Mercúrio*. Publicou livros sobre arte e literatura, bem como manuais escolares e memórias.

²² O livro foi aprovado e adotado pelo Conselho Superior de Instrução do Distrito Federal, pelos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e pela Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital de Pernambuco. Ganhou resenhas na imprensa, sendo avaliado com elogios por Arthur Azevedo (*O país*, 29/10/1898), por Coelho Netto (*Gazeta de notícias*, 30/11/1898) e por Medeiros e Albuquerque (*A notícia*, 31/12/1898). Os três destacaram positivamente a narrativa envolvente e a energia patriótica do livro. A data da publicação da primeira edição é 1898. A data que está na nota, 1998, refere-se à edição organizada por Hardman e Lins. Ver a referência completa na bibliografia ao final do texto.

Assim como João Ribeiro — editor do *Almanaque Garnier* — Gonzaga Duque (HARDMAN e LINS 1998, p. XI-XIX) propunha uma interpretação republicana para a história do Brasil. Preocupado com a formação cívica da juventude, Duque traçou a genealogia da república no país, associando-a às ideias de povo, pátria, liberdade e cidadania. Daí a república aparecer como uma transformação de governo cuja meta final seria a posse do governo “do povo pelo povo” (DUQUE 1998a, p. 189).

Ainda segundo Duque, com exceção do Quilombo dos Palmares — “que alguns historiadores chamam república” — todos os resumos do seu livro davam conta de “[...] guerras civis com o objetivo da transformação de governo, senão completa como as que pretendiam a forma republicana, pelo menos parcial, porque alvejavam a substituição do governo local” (DUQUE 1998b, p. 4).

Duque também atribuiu a Zumbi características positivas: forte, líder, justo e corajoso, e esses são indícios de que as formulações presentes no periódico viajavam também por outros espaços, como manuais didáticos e escolas. Outro colaborador da *Kosmos* que mencionou o Quilombo dos Palmares em seus estudos foi Manoel Bomfim.²³ Ao descartar a inferioridade racial dos africanos e seus descendentes, utilizou argumentos baseados na história para sublinhar positivamente suas qualidades e suas contribuições à nação. Eis que a epopeia de Palmares foi novamente tomada como exemplo de heroísmo:

Heróicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoluções dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos, ali estão para mostrar que não faltava aos africanos e seus descendentes, nem bravura, nem vigor na resistência, nem amor à liberdade pessoal. Se, hoje, depois de trezentos anos de cativeiro (do cativeiro que aqui existia!), esses homens não são verdadeiros monstros sociais e intelectuais, é porque possuíam virtudes notáveis (BOMFIM 1993, p. 267).

138

Em comparação com a *Kosmos*, com exceção de uma menção a José do Patrocínio no Ano Necrológico de 1907, o *Almanaque Garnier* não conferiu maiores destaques a personagens históricos negros. Aliás, essa menção a José do Patrocínio não tinha um conteúdo heroizante. Remetia apenas à dimensão nacional que sua morte teria tomado, à sua “grande popularidade”, ao “seu poderoso talento”, ao seu papel preponderante na “campanha libertadora”, e ao “preconceito de cor” do qual fora vítima (ALMANAQUE 1907a).

Na revista *Kosmos*, das figuras do passado recente mencionadas como grandes personagens históricos nacionais, as ligadas à abolição da escravidão foram as mais celebradas. Buscava-se disseminar a ideia de que a vocação do

²³ Manoel Bomfim nasceu em Aracaju (SE), em 1868 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1932. Formado em medicina, também foi educador, professor e historiador. Exerceu o cargo de médico na Secretaria de Polícia do Rio de Janeiro e de tenente-cirurgião na Brigada Militar. Foi professor e subdiretor do Pedagogium (1896-1897 e 1911-1919), e Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro (1898-1890 e 1905). Participou da criação da Universidade Popular (1904). Publicou textos em vários periódicos, tais como a revista *Kosmos* e *Os anais*, e em revistas especializadas de pedagogia, psicologia e educação. Também publicou obras sobre história (*América Latina, males de origem, 1905; O Brasil na América, 1929; O Brasil nação, 1931*), pedagogia e psicologia, manuais escolares e livros de leitura.

“povo brasileiro” para a liberdade foi um elemento apenas temporariamente oprimido durante a vigência da monarquia, em um processo que culminaria, finalmente, com a abolição da escravidão e com a proclamação da República. Processo para o qual teriam contribuído da mesma forma brancos e negros — irmanados em torno das mais nobres causas nacionais, como a liberdade e a defesa do território.

Assim, ao lado da Princesa Isabel, Xavier da Silveira²⁴ elencou outros personagens que julgou fundamentais na “epopéia abolicionista”. Eles teriam como características a coragem, a capacidade de organização em torno de uma causa, a ação política e a firmeza de caráter. Em sua lista estavam Euzébio de Queiroz, Perdigão Malheiro, Teixeira de Freitas, Joaquim Nabuco, Visconde do Rio Branco, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, e Silva Jardim, lado a lado com homens qualificados como negros: Luiz Gama, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e Quintino de Lacerda.

Luiz Gama foi definido pelo autor como um “misto sublime de Spartacus e de Toussaint-Louverture”, que atuava na tribuna, no jornalismo, no panfleto, no livro, na sátira e nos tribunais. Afrontava, com coragem, ameaças de morte, possuindo uma “grande e santa revolta de consciência contra o domínio do homem contra o homem.” Por isso, seria o “primeiro dos pretos”, tendo sido associado a uma postura mais radical, certamente por sua luta antirracista, já que foi comparado ao também liberto Toussaint-Louverture, figura proeminente da independência Haitiana e que libertou os escravos e deu uma constituição ao seu país.

Já Ferreira de Menezes, “o apaixonado poeta negro”, teria contribuído com seu “espírito ateniense” para essa “obra de dignificação da pátria”. José do Patrocínio foi comparado a Victor Hugo. O “preto Quintino de Lacerda” foi lembrado sem adjetivos e comparações: sua menção se justificava pelo importante papel desempenhado na luta abolicionista como chefe do quilombo Jabaquara, em Santos, onde acolhia os escravos que fugiam das fazendas paulistas e mineiras (SILVEIRA 1904).

Esses personagens históricos negros foram, em sua maioria, comparados a figuras universais: o que significava afirmar que o Brasil já tinha heróis à altura de tal comparação. Esse foi um critério ao qual intelectuais recorreram constantemente na *Kosmos*.

Desse movimento, nota-se uma insistência em associar a abolição à república e em apagar seus vínculos com a monarquia. Ao estabelecer uma linha de continuidade entre as lutas pela liberdade desde os tempos coloniais até a abolição e a república, esse esforço de legitimar o novo regime associou escravidão, barbárie e opressão à monarquia; e liberdade e civilização, à república:

²⁴ Xavier da Silveira Jr nasceu em São Paulo (SP) em 1864, e faleceu na cidade do Rio (RJ) em 1912. Bacharel em direito, também foi jornalista e político. Exerceu os cargos de governador interino do Rio Grande do Norte (1890), de chefe de polícia e prefeito do Distrito Federal (1901-1902), de deputado e senador por São Paulo (1910) e de presidente do Instituto dos Advogados do Brasil. Publicou textos nos periódicos *A República*, *Kosmos*, *O país*, *Gazeta de notícias* e *Vida moderna*.

Um pacto hediondo foi então selado entre a monarquia e a escravidão [...] n'uma verdadeira xipofagia que identificou os dois organismos. [...] Cinquenta anos depois veio a contra-prova, e ficou demonstrado que a vida da escravidão e da monarquia estavam na mais estreita e recíproca dependência, tanto que, perecendo aquela, pereceu logo esta; e, ainda mais, que, se já não estivesse realizada a obra de Treze de Maio, a proclamação da República que, em substância, implicava na extinção da monarquia, implicava também na abolição do elemento servil, pelo claro motivo de ser o novo regime incompatível com a escravidão (SILVEIRA 1904).

Se, de um passado mais remoto, foi selecionada uma variedade maior de heróis como representantes de um povo que trazia em si os sentimentos de liberdade e conagração – aspirações que seriam latentes em brancos e negros, unindo-os desde o período colonial — o mesmo não se deu em relação aos possíveis heróis de um passado mais recente.

Floriano Peixoto, por exemplo, ganhou menções contrárias à construção de monumentos em sua homenagem. Um texto no *Almanaque Garnier*, publicado em 1907, discorreu sobre a inauguração de uma estátua de Floriano em Minas Gerais. Ainda que o autor tenha reconhecido que a estátua foi “[...] acolhida por parte do nosso povo com grandes júbilos”, definitivamente Floriano não seria popular. Não bastasse isso, uma “apoteose” daquelas a ele era algo prematuro. Afinal, tinha tomado parte em uma “guerra civil cujos ressentimentos mais” mereciam “ser esquecidos que memorados”. Como adendo a isso, ainda havia florianistas pelas ruas, o que por si só evidenciaria a “inconveniência” daquele “monumento em praça pública” (ALMANAQUE 1907b, p. 231).

140

O que importava para Duque era a expressão alegórica do conjunto dos feitos que Floriano Peixoto deixava de herança para o seu país. Coisa que, segundo ele, o “marechal de ferro” não tinha:

O que traz o glorificado à praça pública, o que o põe em evidência ao olhar contemplador da multidão, revivendo na memória das gerações futuras, é o ato superior da sua vida, que o fez maior entre os seus semelhantes pelo benefício prestado à cultura efetiva dos homens, à liberdade de uma raça ou à unificação nacional de um povo. [...] Assim, quando se levanta uma estátua a esse ou aquele grande homem, deve se ter em vista a maneira pela qual, ele é aceito, e admirado pela massa popular, mesmo porque, se lhe falta esta admiração, o seu monumento perde a razão de ser, nunca passará de uma figura de praça, anônima e mais ou menos decorativa conforme o seu valor estético (DUQUE 1907).

Para o autor, faltava a Floriano — que teve forte apoio dos jacobinos com suas agitações populares nas ruas da capital — exatamente essa admiração popular, pois homenagens em espaços públicos deveriam passar pelo “*consenso de toda uma população*” e só deveriam ser feitas a heróis, ídolos ou grandes benfeitores do povo. A figura de Floriano, pelo que construiu em vida, não seria capaz de unir, de promover a identificação entre os cidadãos e a pátria (DUQUE 1907).

Assim, esses intelectuais operaram uma espécie de adequação do passado às demandas do presente, defendido como marco de um novo tempo. Foi no passado que buscaram os elementos para fundamentar suas demandas,

selecionando e ordenando determinadas experiências vividas (GUIMARÃES 2006, p. 51). Essa operação, entretanto, não se restringiu apenas aos heróis, e estendeu-se às datas nacionais (GIL 1904).

No mês de maio de 1905, a mesma revista trouxe uma série de colaborações que abordaram essas três datas cívicas do mês. A defesa mais eloquente dessas datas foi a do 13 de maio, feita por Xavier da Silveira Junior, para quem o dia era muito “mais do que uma simples data evocadora de acontecimentos gloriosos” — no caso, “o grande ato da libertação dos cativos no Brasil”. O 13 de maio sintetizaria a expressão de dois ciclos da “civilização brasileira”: “o que foi então definitivamente encerrado e revestia ainda a ficção semibárbara e anacrônica das instituições coloniais, e o que nela teve início e ao Brasil deu ingresso franco no “concerto solidário dos povos”, que no século XIX, constituíam a alta representação moral da humanidade”. E esse ciclo teria se completado com a proclamação da República, pois, segundo ele, “morrendo a escravidão morreu a monarquia, morrendo a monarquia morreria a escravidão” (SILVEIRA 1904).

Nesse mesmo número da *Kosmos*, comentando também sobre quais seriam os mais importantes acontecimentos da “história pátria”, Olavo Bilac bradava que maio deveria ser o mês das mais importantes comemorações cívicas nacionais, às quais não era dado, porém, o devido destaque. Inconformado, afirmava “[...] que se não fôssemos um povo sem entusiasmo, celebraríamos com exaltado júbilo as duas maiores datas da nossa história”: o 3 de maio (“natalício da Nação”, ou o descobrimento) e o 13 de maio (“emancipação moral”; “batismo de civilização”) (BILAC 1905). Essas datas tinham, segundo ele, significado especial e santo. Já o 7 de setembro e 15 de novembro assinalariam apenas duas “evoluções políticas”: a primeira data marcaria a passagem de colônia à metrópole, confirmando sua existência política, e a segunda, a transformação de governo hereditário em governo eletivo. Era preciso afirmar a República e a construção da nação republicana como uma mudança relacionada a acontecimentos gloriosos, e não como uma obra dos militares ou do acaso (cf. BILAC 1905).

Também para Bilac, os marcos fundacionais mais importantes seriam o descobrimento — data em que se deveria comemorar o “desabrochar da Terra, cuja grandeza adormecida nem era suspeitada pelos que a vinham descobrir” — e a abolição, antes da qual o Brasil não tinha existência moral.

Assim, o autor lamentava a falta de hábito em festejar as grandes datas cívicas da “nossa história”: “Não há uma comemoração nacional [...] que consiga despertar no animo d’este povo um movimento de júbilo patriótico”, atribuído por ele à falta de consciência que os brasileiros teriam do valor da sua nacionalidade e do progresso conquistado até então. Daí, a falta de orgulho do presente e a desesperança no futuro.

O Brasil está cheio de gente preta ou mestiça, que a grande lei de 13 de maio veio redimir e integrar na comunhão brasileira... Mas quantos libertos foram visitar n’esse dia o túmulo dos seus libertadores? Quantos d’eles

foram beijar a sepultura de José do Patrocínio, o Cristo da raça negra, crucificado pela ingratidão e pela calúnia? Quantos deles saíram à rua, em bandos jubilosos, para festejar o grande dia do Amor e da Igualdade? [...] (BILAC 1905).

A falta de “educação cívica” seria um dos maiores obstáculos à formação nacional, sobretudo no que dizia respeito à população afrodescendente, que deveria festejar o 13 de maio homenageando José do Patrocínio. Todavia, inconformado, Bilac registrou seu questionamento acerca das razões que fariam com que aquela “gente preta ou mestiça” não se sentisse - ou parecesse não se sentir ao menos nos moldes que o intelectual desejava - civicamente orgulhosa de sua pátria. Por que “essa gente” preferiria ir à festa da Penha ou brincar nos “bárbaros cordões”, questionava Bilac (cf. BILAC 1905).

Dois anos depois, parece ter encontrado a resposta. Em uma crônica publicada em 1907, na *Gazeta de notícias*, Bilac relatava que ouvira dizer e lera nos jornais que os “pretos” libertados pela lei de 13 de maio eram “ingratos”, já que não se congregavam numa grande festa cívica em homenagem e gratidão aos seus libertadores. Enfático, Bilac contra-argumentou que a Abolição não deveria ser comemorada só pelos descendentes de escravos, que não deviam gratidão a ninguém. Muito pelo contrário; a glorificação dos abolicionistas mortos e vivos deveria ser feita pelo país inteiro, pelos que nasceram livres, pelos libertos e pelos descendentes dos escravizadores. Estes é que deveriam uma gratidão sem limites aos abolicionistas por terem livrado o Brasil da “desonra de possuir escravos” e aos próprios ex-escravos e seus descendentes pelos anos de servidão e riqueza adquiridos. Por sua vez, os libertos e seus descendentes não deveriam nada aos abolicionistas, pois com toda justiça podiam “nos lançar no rosto [Bilac incluiu-se entre os abolicionistas que criticava] o não termos ainda completado a obra da Abolição”. Os abolicionistas teriam libertado os escravos, mas não os teriam instruído, não lhes teriam oferecido educação, nem lhes teriam assegurado o trabalho e, “estupidamente e cruelmente”, admitiram que já haviam feito tudo. Aos homens que tinham sido explorados “como animais” e seus descendentes, não haviam oferecido nenhuma instrução para que pudessem se transformar em “verdadeiros cidadãos” daquela república, afirmava resignado. Os que tinham lutado e vencido, teriam vencido sozinhos por seus próprios méritos; outros muitos teriam morrido e continuavam morrendo devorados “pela miséria, pela ignorância, pelo alcoolismo e pelo abandono moral...” (cf. BILAC 1907).

Mas apesar dessa história da abolição ter sido contada através dos grandes homens e enfatizando o papel preponderante dos intelectuais, é interessante notar o destaque positivo que o autor conferiu a personagens históricos negros e seu papel ativo nas lutas por causas que dignificavam a pátria. Tal investimento na consagração de homens afirmados como negros (ou como representantes da “raça negra”) naquele momento convergia para a ideia de que a colaboração da “raça negra” na história pátria não teria ficado restrita à “afetiva e submissa dedicação [...] ao trabalho rude e extenuador de três séculos”. Como sugeriu o cronista Gil, não por coincidência, na própria *Kosmos*, suas contribuições ao

Brasil também teriam se dado em termos de “mentalidades” e “heróis” (GIL 1904). E foi em busca deles que esses intelectuais olharam o passado e forjaram marcos de fundação fundamentais para a concretização de um projeto nacional naquele presente. Tal investimento pode ser visto de forma ainda mais complexa se considerarmos também as evidências de que boa parte da população negra da Corte, conforme afirmou Flávio Gomes, era simpática à monarquia (GOMES 2005, p. 23).

Ainda em relação às escolhas de que datas comemorar, o *Almanaque Garnier* publicou em todos os seus números a lista das festas nacionais brasileiras, que contava com uma data a mais do que o Decreto de 14 de janeiro de 1890 estabeleceu: a promulgação da Constituição Federal (1891). Além disso, o dia 21 de abril deixava de ser oficialmente chamado de comemoração dos “precursores da independência brasileira” para tornar-se o dia da “execução de Tiradentes” e o 15 de novembro passava de “comemoração da pátria brasileira” para “proclamação da República”: 1 de janeiro (confraternização da humanidade); 24 de fevereiro (promulgação da Constituição Federal); 21 de abril (execução de Tiradentes); 3 de maio (descoberta do Brasil); 13 de maio (extinção da escravidão); 14 de julho (comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos); 7 de setembro (independência do Brasil); 12 de outubro (descoberta da América); 2 de novembro (comemoração geral dos mortos); 15 de novembro (proclamação da República). De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, ao decretarem a comemoração cívica dessas datas, os republicanos estabeleceram continuidades com o passado, valorizando a lembrança de acontecimentos e heróis até então considerados perdedores pela história oficial (cf. OLIVEIRA 1989).

O dia 15 de novembro, por exemplo, embora registrado como uma data importante, não foi tema de nenhuma elaboração específica. Somente Bilac o fez, mesmo assim menosprezando sua importância, pois apenas marcaria uma “evolução política” (BILAC 1905). Essa era uma resposta de intelectuais republicanos civis à preponderante presença de militares no golpe que deu origem à república. Em contrapartida, as datas que mereceram mais destaque foram o 21 de abril (Tiradentes), o 3 de maio (descobrimto do Brasil) e o 13 de maio (abolição da escravidão).

Reis Carvalho escreveu sobre a “festa nacional de 21 de abril”, na qual a nação deveria celebrar a figura de Tiradentes, evocadora da memória de todos os outros “martirizados precursores”, como Manuel Bequimão, Bernardo Vieira de Mello, Filipe dos Santos, Domingos Martins, Padre Roma etc., e os “[...] que se perdem na imensa galeria dos anônimos sublimes” (CARVALHO 1907). Todos unidos pela liberdade e pela pátria. Mario Behring também mencionou o dia dedicado a Tiradentes como o momento de comemoração do “vulto republicano”, que por sua vez sintetizaria em si todas as vítimas do despotismo monárquico (BEHRING 1907).

Foi o cronista Gil, no entanto, quem propôs a comemoração mais interessante. Para ele se deveria unir, em uma grande comemoração, o dia do trabalho, o dia do descobrimento e o dia da “reivindicação libertadora”: os três

marcos fundacionais deveriam ser associados à República. A sugestiva conjunção de datas não por acaso relacionava-se diretamente à criação do sentimento de amor à pátria e à integração dos ex-escravos e seus descendentes ao mundo do trabalho e à própria nação republicana. As comemorações do dia do trabalho e o da abolição deveriam, assim, “[...] ser identificadas na mesma representação [...]”, já que se vivia, segundo ele, um processo no qual a massa de trabalhadores era cada vez mais constituída pelo “nacional” e “o nacional” era em sua maioria “o mestiço” (GIL 1904).

Da “tragédia da escravidão” nascera o “mestiço” — uma “sub-raça”. Mas logo que “tirada das agonias do cativo” teria florescido “magnificamente na vida nacional” - o que o autor comprovava citando nomes, em suas palavras, de “mestiços ilustres”, como Basílio da Gama, Valentim da Fonseca, Rebouças e Gonçalves Dias. Logo concluiu que a colaboração da “raça negra” teria se dado tanto em termos da “afetividade” e da “submissão no trabalho” quanto das “mentalidades e heróis”. Daí que essa unificação de datas serviria para que não se falasse mais em dia da “Abolição”, da “Conquista Libertadora” ou da “derrocada do cativo”. Só assim seria possível esquecer que “[...] houve um dia essa miséria no Brasil” (GIL 1904).

Fundamentando sua proposta, Gil argumentou que a data operária no Brasil não tinha o sentido de luta de “multidões de explorados e famintos [...] fazendo da parede o muro contra a fome, odiando o trabalho porque ele é o cativo e o sofrimento” como nos países europeus. O trabalhador na capital federal podia ser “pobre”, mas não era o “faminto” nem o miserável que fazia greves politizadas nos países europeus, daí que no Brasil a greve nada teria a ver com a “revolta social”. Havia, desse modo, um esforço significativo em afirmar uma convivência social e racial harmônica como característica nacional e original do Brasil. No Rio de Janeiro é que se dava “realmente a Festa do Trabalho”, pois se comemorava a “glorificação do labor” que sustentava a coletividade. Assim, o autor particularizava positivamente o Brasil em relação às “[...] conturbadas sociedades do velho mundo”, afinal, segundo ele, este era um país no qual não havia “[...] preconceitos nem classes” (GIL 1904).

As evidências de circulação desses temas permitem considerar que os autores dos registros analisados estabeleceram uma complexa relação com as prerrogativas racistas da época a fim de encontrar saídas positivas para o país que compatibilizassem os afrodescendentes, os mestiços e a própria mestiçagem com a ideia de civilização corrente na época. Aos nossos olhos contemporâneos, esse esforço pode parecer uma batalha sem sentido, mas não podemos perder de vista que aquele universo estava impregnado por ideias de superioridade e inferioridade baseadas na noção de raça (ORTIZ 1986, p. 13).

A ideia de integração dos negros e mestiços à “história pátria” e a própria mestiçagem abriram possibilidades de conciliação das contradições de uma sociedade multirracial e hierarquizada. Basta lembrarmos de todas as justificativas já elencadas para a consagração de cada personagem histórico.

Nesse sentido, não podemos esquecer que os episódios e figuras retomados do passado foram mantidos afastados do debate em torno dos direitos políticos

e da questão da cidadania. Embora Olavo Bilac tenha afirmado que a obra da abolição só se completaria com a instrução e o trabalho para os ex-escravos e seus descendentes — do que dependeria a efetiva transformação dos egressos do cativeiro em cidadãos republicanos —, a questão dos direitos políticos não foi tocada. Do mesmo modo, ainda que a ampliação da educação popular tenha sido defendida recorrentemente tanto no *Almanaque* quanto na *Kosmos* como pressuposto para a existência de fato do “cidadão republicano”, isso não correspondeu à discussão explícita em torno da ampliação do direito do voto e do acesso à terra para esse “futuro cidadão” que se projetava.

Ao tratar dos textos relativos à história nesses periódicos, defronta-se com as iniciativas intelectuais dedicadas à produção do “difícil equilíbrio” de elaborar núcleos de unidade cultural, capazes de incorporar/representar uma origem comum, ou o “[...] cimento da coesão grupal”, nas palavras de Hobsbawm (HOBSBAWM e RANGER 1997, p. 23). Depois da abolição (1888), da República (1889) e da primeira constituição republicana (1891), todos passaram a ser cidadãos iguais perante a lei. Tal afirmação significou um marco na história da construção da cidadania brasileira, tornando real o princípio jurídico da equidade política. Ainda que isso não tenha representado, de fato, uma revolução social, estabelecia a possibilidade legal da igualdade de todos perante a lei e a possibilidade do acesso à cidadania (GOMES 2003, p. 157).

Naquele presente, a formação e a legitimidade de uma nova consciência nacional dependiam da sua identificação com fatos, personagens, costumes e valores capazes de promover, a partir da história, uma possível unidade que transcendesse as diversidades – regionais, sociais, raciais e culturais que marcavam o país. Afinal, compartilhar um passado também significava alimentar “[...] o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e duradouras” (LOWENTHAL 1998, p. 109). Logo, o investimento na construção de uma “história pátria” deve ser considerado como uma dimensão importante da intervenção intelectual naquela sociedade.

Por outro lado, sabemos que a “história pátria” não é uma construção aleatória, mas fruto de um esforço de indivíduos, grupos e instituições, que implicou em atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores (cf. OLIVEIRA 2000), jamais arbitrários. E todo o esforço dos intelectuais mencionados aqui foi o de transformar determinados valores, personagens, sentimentos e acontecimentos em tradições. Esses “antigos modernistas” (HARDMAN 1992, p. 289-305) cruzaram temporalidades distintas, esbarraram em fronteiras raciais e sociais. Transitaram por algumas, fabricaram e apagaram outras, descobrindo o Brasil a partir da integração e da fusão entre diferentes e desiguais. Afinal, essa era (ou deveria ser) a “nossa tradição”, ou como provariam a história forjada por eles naquele presente.

Mas mesmo considerando as evidentes limitações dessa “integração” defendida, tais formulações intelectuais acerca da história nacional permitem que seja projetada uma imagem da primeira década do século XX diferente daquele imputada pela nomenclatura tradicionalmente utilizada para nomear o período: “República Velha”.

Intelectuais, cultura cívica republicana e o compromisso com a nação

Os debates e justificativas em torno da seleção de acontecimentos, heróis e datas nacionais localizados nos periódicos citados dimensionam não só o esforço em marcar traços que distinguissem a monarquia da república, mas em associar conteúdos nacionais ao novo regime. E mais: encontramos registros que projetam a união de negros e brancos na luta pelas mais nobres causas nacionais.

Sabemos que durante o Império, especialmente na produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, movimentos de insurreição anteriores à independência eram silenciados. O episódio da Inconfidência Mineira era visto como movimento fracassado, como uma ameaça à unidade nacional por seu caráter local e por seu conteúdo republicano (CALLARI 2001, p. 62-63). Zumbi e o Quilombo dos Palmares eram considerados ameaças ao poder constituído e à unidade nacional. Até 1910, Zumbi e Palmares eram temas ausentes da produção do IHGB (CALLARI 2001, p. 72-73).

Porém, diante das evidências apresentadas aqui, podemos indicar que os debates em torno dos elementos históricos nacionais e do próprio processo de legitimação do regime republicano envolveram a defesa de outras figuras do passado além do ambíguo Tiradentes e de Nossa Senhora da Aparecida “emprestada” do domínio da religião, como apontou José Murilo de Carvalho (CARVALHO 1990, p. 140).

146

Então, que significados as afirmações em relação a Henrique Dias, Zumbi, Chico Rei, Luiz Gama e José do Patrocínio poderiam ter em um momento fortemente marcado pela difusão das teorias raciais e de práticas racialmente discriminatórias?

Investigando a construção da “história do Brasil”, Angela de Castro Gomes apontou que, “ao lado do amplo compartilhamento das teorias europeias racistas que existia na virada do século XX, crescem” — nesse momento — “as divergências quanto à avaliação dos efeitos da miscigenação existente no Brasil, francamente constatada, mas nem sempre mais tão condenada”. A crença no fundamento científico dessas teorias continuava existindo, daí a própria difusão da ideologia do branqueamento. Entretanto, começava-se a ponderar de forma mais sistemática a presença ativa de índios e negros na história e na cultura, que estavam sendo forjadas naquele momento como nacionais (GOMES 2000, p. 50).

Se tomarmos como referencial esses textos que valorizaram tanto a participação das três raças unidas em defesa do território, quanto a presença ativa de negros nas lutas pela liberdade, incorporando-os à história pátria, pode-se afirmar que essas figuras do passado tinham a “cara da nação”, ao menos para alguns intelectuais bastante atuantes na primeira década do século XX. Atuação marcada pela noção de que o “povo brasileiro” e o “cidadão republicano” projetados precisavam ser orientados e conduzidos por intelectuais, que não abriram mão da ação política, sobretudo, através de outros espaços, como o da imprensa.

Entretanto, o tempo localizado entre a proclamação da República e a “Revolução de 30” foi, até recentemente, denominado de “República Velha”. Embora já haja novas abordagens, a imagem geralmente atribuída pela historiografia ao período ainda o identifica com o esvaziamento dos espaços de participação política, despolitização, domínio oligárquico, vazio de ideias e de propostas alternativas de poder e de intervenção. Essa forma parcial de nomear e qualificar as primeiras quatro décadas republicanas foi elaborada por intelectuais autoritários dos anos de 1920/30, e enfaticamente divulgada durante o período denominado de “Estado Novo” (cf. GOMES e ABREU 2009).

Conforme Angela Gomes e Martha Abreu afirmaram, o termo “Estado Novo” foi cunhado por políticos e intelectuais ligados ao próprio regime para por em relevo a suposta força transformadora daquele governo, que instaurou uma ditadura chefiada por Getúlio Vargas em 1937. Essa operação intelectual foi fruto de um amplo projeto político-cultural, que incluiu a construção de uma imagem para aquele presente e, conseqüentemente, para o passado imediatamente anterior e para o futuro.

A partir dos seus órgãos de propaganda, o “Estado Novo” divulgou afirmações que qualificavam negativamente a primeira república como liberal, oligárquica, fraca, europeizada e distante do “povo”, supostamente ao contrário do que estaria acontecendo desde a década de 1930 no país. Ao enfatizarem somente o aspecto violento e corrupto das eleições durante a primeira república, as práticas associativas, de participação e mobilização política variadas, experimentadas por diversos atores sociais nesse período foram minimizadas, esquecidas ou apagadas.

No plano cultural, a imagem projetada da “República Velha” pelo “Estado Novo”, destacava o fracasso de intelectuais em estabelecer identidades e sentimentos cívicos nacionais e republicanos, e o seu afastamento do “Brasil real” — formado por uma maioria de negros e mestiços. Entretanto, como vimos aqui, intelectuais de projeção nas primeiras décadas do século XX não desistiram de intervir e de dar corpo à nação republicana com uma “história nacional”, mesmo que aquela república não fosse a dos seus sonhos.

147

Referências bibliográficas

A. F. D. João VI, **Kosmos**. Ano 4, nº 7, julho, 1907.

ALMANAQUE Brasileiro Garnier. José do Patrocínio. Ano necrológico, 1907a.

_____. Minas Gerais e Floriano Peixoto, 1907b.

BEHRING, Mario. Um dia de D. João VI. **Kosmos**. Ano 1, nº 12, dezembro, 1904.

_____. Redação, **Kosmos**. Ano II, nº 4, abril, 1905.

_____. O precursor, **Kosmos**. Ano III, nº 4, abril, 1906a.

_____. Chico Rei, **Kosmos**. Ano III, nº 6, julho, 1906b.

_____. A morte do Zumbi, **Kosmos**. Ano III, nº 9, setembro, 1906c.

- _____. O "quero já", **Kosmos**, Ano 4, nº 2, fevereiro, 1907a.
- _____. O monumento a D. João VI, **Kosmos**. Ano 4, nº 8, agosto, 1907b.
- BILAC, Olavo. Crônica, **Kosmos**. Ano 3, nº 6, junho, 1906.
- _____. Crônica, **Kosmos**. Ano II, nº 5, maio, 1905.
- _____. Crônica, **Gazeta de Notícias**, 19/05/1907.
- BONFIM, Manoel. **América Latina, males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1ª edição, 1905].
- CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro à construção de Tiradentes, **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARVALHO, Mario. O precursor, **Kosmos**. Ano III, nº 4, abril, 1906.
- CARVALHO, Reis. A independência do Brasil, **Kosmos**. Ano II, nº 9, setembro, 1905.
- _____. Tiradentes e os precursores da independência brasileira, **Kosmos**, Ano IV, nº 4, abril, 1907.
- CINEARTE**. Rio de Janeiro, nº 370, 15 de julho, 1933.
- 148 DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil "café com leite": mestiçagem e identidade nacional em periódicos**, Rio de Janeiro (1903-1914). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- DIMAS, Antonio. (org.) **Olavo Bilac**. Vossa insolência. Crônicas. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DUQUE, Gonzaga. Advertência. In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (orgs.). **Gonzaga Duque**. Revoluções brasileiras. Resumos históricos. São Paulo: Ed.UNESP, 1998a [1ª edição: 1898].
- _____. Por que Revoluções? In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (orgs.). **Gonzaga Duque**. Revoluções brasileiras. Resumos históricos. São Paulo: Ed.UNESP, 1998b [1ª edição: 1898].
- _____. Estátua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá, **Kosmos**, Ano IV, nº 10, outubro, 1907.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: história e identidade nacional no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- FLUMINENSE, Américo. D. João VI, **Kosmos**, Ano IV, nº 7, julho, 1907.
- GIL. Crônica, **Kosmos**. Ano I, nº 5, maio, 1904.
- GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos.

- In: SOIHET, Rachel; ABREU, Martha (orgs.). **Ensino da história**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- _____. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção da Casa grande e senzala, **Remate de males**, Campinas, nº 20, 2000.
- _____. ABREU, Martha. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia, **Tempo**, Niterói, vol. 13, nº 26, 2009.
- GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. **Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte**. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história” na I República. **Revista brasileira de história**, São Paulo, vol. 23, nº 45, 2003, p. 129-154.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **História e linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras/Casa de Rui Barbosa, 2006.
- HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. Introdução. In: HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (orgs.). **Gonzaga Duque**. Revoluções brasileiras. Resumos históricos. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas, **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras/Sec. Mun. Cult., 1992.
- HENZE, Carlos. D. João VI na fisionomia, **Kosmos**. Ano 4, nº 10, outubro, 1906.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o nosso passado, **Projeto história**. São Paulo, nº 17, novembro/98.
- LUCA, Tânia Regina de. **Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1974.
- MELO, Mário. Primeiro brado de República na América – página brilhante da história pernambucana, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1911.
- MENDONÇA, Curvelo de. História territorial do Brasil, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1907.
- MENDONÇA, Curvelo. Pernambuco, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1911.

- OLIVEIRA, Lucia Lippi de. As festas que a República manda guardar, **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989.
- _____. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento, **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RELATÓRIO do Director, **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 25 (1903), 38 (1916), 40 (1918), 43 e 44 (1920-1921), 45 (1923).
- SILVEIRA, Xavier da. Treze de maio, **Kosmos**, Ano I, nº 5, maio, 1904.
- VERÍSSIMO, José. Heresia sociológica, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1907.
- VIANNA, Joaquim. Por que caiu o Império?, **Almanaque Brasileiro Garnier**, 1909.